

## Referendo à despenalização do aborto

# O movimento pelo "sim" acusa alguns argumentos do "não" de baralharem os eleitores

Miguel Manso/PÚBLICO (arquivo)



**Intervenção da igreja e publicidade proibida**

**Movimento pelo "sim" entrega queixas contra campanha do "não"**

Lusa 06/02/2007

A associação Em movimento pelo Sim entregou hoje à Comissão Nacional de Eleições queixas relativas "ao tipo de campanha do 'não'" no referendo à despenalização do aborto, denunciando a marcação de uma vigília paroquial para o dia de reflexão e casos de publicidade paga.

"Isto é muito grave. É interferência na campanha. Os padres estão proibidos pela lei do referendo de intervir na campanha e temos aqui um molho de coisas com elementos que violaram a lei, o que indica também algum desespero por parte da campanha do 'não'", afirmou a mandatária do Em Movimento pelo Sim e deputada do PCP, Odete Santos, em declarações à agência Lusa.

Das seis queixas entregues hoje na Comissão Nacional de Eleições, destaca-se o caso da paróquia de Alhandra, que anunciou no seu boletim "uma vigília de oração pela vida" no dia 10 de Fevereiro, o dia de reflexão antes da votação no referendo.

"A lei do referendo diz que os ministros de culto não podem influenciar o voto em qualquer sentido", criticou, por sua vez, Lúcia Gomes, mandatária daquele movimento.

Uma outra queixa refere-se a um caso de publicidade paga pela plataforma Não Obrigada, que de acordo com os elementos fornecidos à CNE pelo Em Movimento pelo Sim, contratou um serviço de mensagens escritas através da Internet.

O movimento pelo "sim" entregou ainda uma queixa pelo facto de a Escola Secundária Eça de Queiroz, em Lisboa, ter organizado uma visita de estudo enquadrada na disciplina de Religião e Moral com "alunos com idade para votar" entre os dias 9 e 12 de Fevereiro.

"Este é tipo de campanha que o 'não' diz que não faz, mas que faz usando as suas magistraturas de influência", afirmou Lúcia Gomes.

A deputada Odete Santos considerou ainda que os argumentos da campanha do "não" — como a discussão sobre o início da vida ou a proposta para a suspensão dos julgamentos — "servem para baralhar" os eleitores. "Vir com essas propostas denota um certo desespero de última hora, é mais uma pressão (...) para dizerem que estão ao lado das mulheres quando afinal a proposta mantém o aborto clandestino e supõe averiguações, exames médicos e a expiação da culpa através de serviço à comunidade ou multas", criticou.

O segundo referendo sobre a despenalização do aborto foi convocado pelo Presidente da República, Cavaco Silva, a 29 de Novembro de 2006.

"Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?", é a pergunta colocada aos eleitores a 11 de Fevereiro, igual à do referendo de 1998.

Para a campanha estão inscritos na Comissão Nacional de Eleições 19 movimentos de cidadãos — cinco pelo "sim" e 14 pelo "não" — e dez partidos políticos.